CONTRATO Nº 054 /2026.

CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

O **MUNICÍPIO DE RIO DAS OSTRAS**, ente de direito público interno, CNPJ nº 39.223.581.0001/66, com sede na Rua Campo de Albacora, nº 75 - Loteamento Atlântica - Rio das Ostras/RJ, doravante denominado **MUNICÍPIO** neste ato representado pela Secretária Municipal de Educação, Esporte e Lazer, **Sra. Marcele Raquel de Mattos Martins,** brasileira, casada, portadora da Carteira de Identidade nº 11225765-4 IPF/RJ e inscrita no CPF sob o nº 074.031.397-55, residente e domiciliada no município de Rio das Ostras/RJ, doravante denominado CONTRATANTE, de um lado e de outro, **COOPALAGOS – Cooperativa da Agricultura Familiar da Região dos Lagos**, com sede à Rodovia Amaral Peixoto, Km 123 – Campos Novos – Cabo Frio/RJ, inscrita no CNPJ sob nº 11.160.990/0001-41, representado pelo Senhor **Venézio Pereira Lopes**, portador da Carteira de Identidade nº 12008656-6, inscrito no CPF sob o nº 083.101.667-10, brasileiro, residente a Via Breno Carelli, nº 36 – Florestinha – 2º distrito de Cabo Frio/RJ, doravante denominado (a) CONTRATADO (A), fundamentados nas disposições da Lei n° 11.947/2009 e nas Resoluções do FNDE 06/2020 e 21/2021, e tendo em vista o que consta na **Chamada Pública nº 002/2025**, resolvem celebrar o presente contrato mediante as cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente Contrato tem por objeto a **AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR DESTINADO AO ATENDIMENTO DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - PNAE, PARA ATENDER OS ALUNOS MATRICULADOS NAS UNIDADES ESCOLARES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO**, de acordo com a **Chamada Pública nº 002/2025,** Processo Administrativo **n°27554/2024** o qual fica fazendo parte integrante do presente contrato, independentemente de anexação ou transcrição.

Item	Descrição	Qtd.	Unid.	Valor Unitário R$	Valor Total R$
4	Polpa de fruta congelada Goiaba	13.212	Kg	25,18	332.678,16
5	Ovo de Galinha	45.000	Dz	21,86	983.700,00
7	Laranja Seleta	32.727	Kg	8,60	281.452,20
TOTAL R$					1.597.830,36

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO

O prazo de vigência da contratação será de 12 (doze) meses, contados da data da divulgação no PNCP, na forma do artigo 105 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

Parágrafo Primeiro

Na contagem do prazo é excluído o dia do início e incluído o do vencimento. Os prazos somente se iniciam e vencem em dia de expediente da Prefeitura Municipal de Rio das Ostras – PMRO, conforme o disposto na Lei Federal 14133/2021.

CLÁUSULA TERCEIRA - RECEBIMENTO E LOCAIS DE ENTREGA

O CONTRATADO se compromete a fornecer os gêneros alimentícios da Agricultura Familiar ao CONTRATANTE conforme descrito no Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar parte integrante deste Instrumento.

Parágrafo Primeiro

Os gêneros alimentícios deverão ser entregues no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, contados a partir da data determinada no campo "data de início" da Ordem de Fornecimento, que será emitida até o

10º (décimo) dia útil após a assinatura do contrato, pela Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer.

Parágrafo Segundo
Os gêneros alimentícios deverão ser entregues, observadas todas as quantidades, exigências, prazos, normas, itens, subitens, elementos, especificações, condições gerais e especiais contidas na Ordem de Fornecimento e no Edital de Chamada Pública e seus anexos.

Parágrafo Terceiro
Os gêneros alimentícios deverão ser entregues de forma **parcelada** diretamente nas Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino, sob acompanhamento da Divisão de Suprimentos – DISU da Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer, após Termo de Aceitabilidade emitido pela Divisão de Nutrição - DINU da Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer, em dias e horários determinados pela SEMEDE, com vistas a evitar aglomerações, de acordo com a quantidade estipulada na Ordem de Fornecimento.

Parágrafo Quarto
O Termo de Aceitabilidade somente será emitido após apresentação dos gêneros alimentícios na Divisão de Nutrição - DINU da Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer situada na Rua Guanabara, nº 3.603 – Extensão do Bosque – Rio das Ostras/RJ, no horário **das 08:00 às 10:00**, para conferência e avaliação da qualidade dos mesmos.

Parágrafo Quinto
As mercadorias serão devolvidas no ato da entrega se não corresponderem à qualidade exigida no Edital. De acordo com a Lei nº 8135/1990 "é configurado como crime misturar gêneros de qualidade desiguais para vendê-los ou expô-los à venda por preço estabelecido para os de mais alto custo ou entregar materiais impróprios ao consumo" (artigo 7º, incisos III e IX).

Parágrafo Sexto
A CONTRATADA fornecerá os gêneros alimentícios conforme o disposto no padrão de identidade e qualidade estabelecida na Legislação Vigente e as especificações técnicas elaboradas pela Divisão de Nutrição-DINU da Secretaria de Educação, Esporte e Lazer.

CLÁUSULA QUARTA - VALOR DO CONTRATO, DOTAÇÃO E EMPENHO
O custo global do presente contrato é de **R$ 1.597.830,36 (um milhão, quinhentos e noventa e sete mil, oitocentos e trinta reais e trinta e seis centavos).** O **MUNICÍPIO** empenhou, no presente exercício de **2026**, em favor da **CONTRATADA** a importância de **R$ 1.129.176,78 (um milhão cento e vinte e nove mil, cento e setenta e seis reais e setenta e oito centavos)**, sendo a diferença empenhada posteriormente no valor de **R$ 468.653,58 (quatrocentos e sessenta e oito mil, seiscentos e cinquenta e três reias e cinquenta e oito centavos)**, pelo fornecimento dos gêneros alimentícios, nos quantitativos descritos no Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar, em conformidade com o Edital de Chamada Pública e seus anexos.

Parágrafo Primeiro
No valor mencionado na cláusula quarta estão incluídas as despesas com frete, recursos humanos e materiais, assim como com os encargos fiscais, sociais, comerciais, trabalhistas e previdenciários e quaisquer outras despesas necessárias ao cumprimento das obrigações decorrentes do presente contrato.

Parágrafo Segundo

As despesas decorrentes deste Contrato correrão à conta da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇAO, ESPORTE E LAZER mediante os Programas de Trabalho, Elementos da Despesa e do Orçamento, abaixo especificado:

Programa de Trabalho: 12.361.0004.2.621
Elemento da Despesa: 33.90.30.42 – 320 2.552.0000
Nota de Empenho Nº 1042/2026
Emitida em 19/03/2026
Valor R$ 371.656,60

Programa de Trabalho: 12.361.0004.2.621
Elemento da Despesa: 33.90.30.42 – 320 2.552.0000
Nota de Empenho Nº 1043/2026
Emitida em 19/03/2026
Valor R$ 521.365,18

Programa de Trabalho: 12.365.0004.2.622
Elemento da Despesa: 33.90.30.42 – 320 2.552.0000
Nota de Empenho Nº 1044/2026
Emitida em 19/03/2026
Valor R$ 23.581,26

Programa de Trabalho: 12.365.0004.2.623
Elemento da Despesa: 33.9.30.42 – 320 2.552.0000
Nota de Empenho Nº 1045/2026
Emitida em 19/03/2026
Valor R$ 178.693,62

Programa de Trabalho: 12.366.0004.2.621
Elemento da Despesa: 33.90.30.42 – 320 2.552.0000
Nota de Empenho Nº 1046/2026
Emitida em 19/03/2026
Valor R$ 30.680,28

Programa de Trabalho: 12.367.0004.2.658
Elemento da Despesa: 33.90.30.42 – 320 2.552.0000
Nota de Empenho Nº 1047/2026
Emitida em 19/03/2026
Valor R$ 3.199,84

CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO

O pagamento da despesa será efetuado pela de Secretaria Municipal de Fazenda – SEMFAZ, no prazo de 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da data final do período do adimplemento da parcela.

Parágrafo Primeiro

Será considerado adimplemento de cada parcela, a data em que a Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer deu o **RECEBIMENTO DEFINITIVO** do material especificado na respectiva Ordem de Fornecimento.

Parágrafo Segundo

A CONTRATADA emitirá a Nota Fiscal / Fatura após o fornecimento dos gêneros alimentícios ao MUNICÍPIO.

Parágrafo Terceiro
A Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer encaminhará, no prazo máximo de **05 (cinco) dias úteis**, contados a partir do **RECEBIMENTO DEFINITIVO**, o respectivo Documento Fiscal/Fatura, isenta de erros e devidamente atestada, à Secretaria Municipal de Fazenda (SEMFAZ).

Parágrafo Quarto
Ocorrendo atraso no pagamento à CONTRATADA por mais de 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da data final do período de adimplemento, desde que, este, não decorra de ato ou fato atribuíveis à CONTRATADA, sofrerão a incidência de multa de 0,1% (um décimo por cento) calculada sobre a parcela vencida. Ressalvados os casos quando não efetivamente os repasses mensais de recursos do FNDE em tempo hábil.

Parágrafo Quinto
Caso se faça necessária a reapresentação de qualquer fatura por culpa da CONTRATADA, para que a Secretaria Municipal de Fazenda (SEMFAZ) efetue o pagamento, será suspensa a contagem do prazo fixado nesta cláusula, devendo esta ser retomada pelo restante do prazo, a partir da data da apresentação da respectiva fatura, escoimada dos problemas que levaram a sua suspensão.

Parágrafo Sexto
Os pagamentos serão efetuados através de depósito bancário na conta corrente da CONTRATADA, conforme informações apresentadas pela mesma.

Parágrafo Sétimo
Efetuado o pagamento através de crédito em conta corrente, o depósito valerá como instrumento de quitação do principal, dos juros e da correção monetária, salvo se houver ressalva expressa dirigida à Administração Municipal no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados da data do depósito em conta.

CLÁUSULA SEXTA – DA RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA
OS CONTRATADOS FORNECEDORES ou as ENTIDADES ARTICULADORAS deverão informar ao Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA os valores individuais de venda dos participantes do Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios, consoante ao Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar, em no máximo 30 dias após a assinatura do contrato, por meio de ferramenta disponibilizada pelo MDA.

Parágrafo Primeiro
A CONTRATADA será responsável pelas despesas com o frete, a carga, a descarga, transporte, embalagens e a mão-de-obra, assim como quaisquer custos diretos e indiretos, taxas, remunerações, despesas físicas e financeiras e quaisquer despesas extras, necessárias e essenciais ao cumprimento das obrigações que envolvam o fornecimento, embora não previstas no presente instrumento.

Parágrafo Segundo
A CONTRATADA será a única responsável por quaisquer compromissos assumidos perante terceiros, bem como por qualquer dano ou indenização em decorrência de atos praticados por seus empregados, prepostos ou subordinados, causados ao MUNICÍPIO ou a terceiros, quando do transporte dos gêneros alimentícios.

Parágrafo Terceiro
Os danos e prejuízos, referidos nesta cláusula, deverão ser ressarcidos ao MUNICÍPIO, no prazo de até 72 (setenta e duas) horas, contado da notificação à CONTRATADA, sendo garantido ao MUNICÍPIO, o

direito de reter os créditos e valores em favor da CONTRATADA, até que seja realizado o ressarcimento ou efetuado o encontro de contas.

Parágrafo Quarto
A CONTRATADA obriga-se a manter, durante a vigência deste Contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital de **Chamada Pública Nº 002/2025.**

Parágrafo Quinto
A CONTRATADA será igualmente responsável pela qualidade dos gêneros alimentícios, verificados antes ou após a sua entrega e aceitação por parte do MUNICÍPIO, bem como se obriga a substituir, à suas custas, sem ônus para o MUNICÍPIO e sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis; caso apresentem-se inadequados para o uso, mesmo que observado após a sua entrega e aceitação por parte do MUNICÍPIO, ou que seja imediatamente recusado.

Parágrafo Sexto
O CONTRATADO FORNECEDOR deverá guardar pelo prazo de 5 (cinco) anos, cópias das Notas Fiscais de Venda, ou congênere, dos produtos participantes do Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura
Familiar para Alimentação Escolar, estando à disposição para comprovação.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA RESPONSABILIDADE DA CONTRATANTE
A CONTRATANTE se compromete em guardar pelo prazo de 5 (cinco) anos das Notas Fiscais de Compra, os Termos de Recebimento e Aceitabilidade, apresentados nas prestações de contas, bem como o Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar e documentos anexos, estando à disposição para comprovação.

Parágrafo Primeiro
Caberá A CONTRATANTE em razão da supremacia dos interesses públicos sobre os interesses particulares:
a) modificar unilateralmente o contrato para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitando os direitos do CONTRATADO;
b) rescindir unilateralmente o contrato, nos casos de infração contratual ou inaptidão do CONTRATADO;
d) fiscalizar a execução do contrato;
e) aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste;

Parágrafo Segundo
Sempre que a CONTRATANTE alterar ou rescindir o contrato sem culpa do CONTRATADO, deve respeitar o equilíbrio econômico-financeiro, garantindo-lhe o aumento da remuneração respectiva ou a indenização por despesas já realizadas.

CLÁUSULA OITAVA - CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA
O presente Contrato não poderá ser objeto de cessão ou transferência, no todo ou em parte.

CLÁUSULA NONA - DA FISCALIZAÇÃO
Caberá ao MUNICÍPIO fiscalizar a execução deste Contrato, de forma imediata através da Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer. Incumbe à fiscalização a prática de todos os atos que lhe são próprios, definidos na legislação pertinente, no Edital e seus Anexos, nas especificações dos gêneros, neste Contrato, inclusive quanto à aplicação das penalidades previstas neste Contrato e na legislação em vigor, observado o contraditório e a ampla defesa.

Parágrafo Primeiro
Os servidores responsáveis pela fiscalização deste contrato serão: Ana Paula Fernandes, matricula nº 8570-7, Chefe de Divisão - portadora do CPF nº 034.320.697-82, Juliana Pereira da Silva, matricula nº

18689-9 , Nutricionista III - portadora do CPF nº 146.616.047-09 e Roberta de Lemos Santos, matricula nº 17767-9, Nutricionista III - portadora do CPF nº 029.363.655-97, que deverão acompanhar toda execução deste contrato, bem como atestar a sua realização.

Parágrafo Segundo
Fica reservado à Fiscalização o poder para resolver todo e qualquer caso singular, duvidoso ou omisso, não previsto neste Contrato, na Proposta de Detalhe, no Edital, nas especificações e nas normas e em tudo mais que, de qualquer forma, se relacionar direta ou indiretamente com o objeto deste Contrato, garantindo-se à CONTRATADA o contraditório e a ampla defesa.

Parágrafo Terceiro
A CONTRATADA aceitará os métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pela Fiscalização, obrigando-se a fornecer todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos e comunicações indispensáveis ao desempenho de suas atividades.

Parágrafo Quarto
A atuação da Fiscalização em nada restringe a responsabilidade única, integral e exclusiva da CONTRATADA, no que concerne aos serviços contratados, à sua execução e às consequências e implicações, próximas ou remotas, perante a Municipalidade ou terceiros, do mesmo modo que a ocorrência de eventuais irregularidades na execução dos serviços contratados não implica em corresponsabilidade do MUNICÍPIO.

CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

Parágrafo Primeiro
As partes deverão cumprir a Lei n° 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

Parágrafo Segundo
Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

Parágrafo Terceiro
É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

Parágrafo Quarto
A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

Parágrafo Quinto
Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação pra fins de comprovação de cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

Parágrafo Sexto
É dever do Contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

Parágrafo Sétimo
O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente

cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

Parágrafo Oitavo
O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

Parágrafo Nono
O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

Parágrafo Décimo
Banco de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeitos de responsabilização, em caso de eventuais casos de omissões, desvios ou abusos. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

Parágrafo Décimo Primeiro
O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

Parágrafo Décimo Segundo
Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)
Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, no Decreto Municipal nº 4039, de 2024, e nas demais cominações legais, resguardado o direito à ampla defesa, a Administração poderá aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
I-Advertência
II- multa: a) compensatória; b) de mora.
III- impedimento de licitar e contratar
IV- declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

Parágrafo Primeiro
As sanções previstas nos incisos I, III e IV deste item poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista na alínea "a" do inciso II.

Parágrafo Segundo
A sanção de multa será aplicada por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei Federal nº 14.133/21, não podendo ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor contratado, observando-se os seguintes parâmetros:
I- multa moratória de 0,5% (cinco décimos por cento), por dia de atraso injustificado, na entrega de material ou execução de serviços e 1% (um por cento) ao dia após o 15º (décimo quinto) dia de atraso, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente;

II- o atraso na prestação da garantia contratual pelo licitante vencedor ou contratante acarretará a aplicação de multa, nos seguintes termos:
a) atraso de 30 (trinta) dias, contados do termo final para a prestação da garantia: multa de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor da garantia;

b) atraso entre 30 (trinta) e 60 (sessenta) dias, contados do termo final para a prestação da garantia: multa de 2,5% (dois inteiros e cinco décimos por cento) do valor da garantia;
c) atraso superior a 60 (sessenta) dias do termo final para a prestação da garantia: multa de 5% (cinco por cento) do valor da garantia.

III- de 3% (três por cento) do valor de referência para a licitação, do valor total da adjudicação da licitação, do valor contratado, da Ata de Registro de Preços ou para a contratação direta, para aquele que:
a) na hipótese de o infrator retardar o procedimento de contratação ou descumprir preceito normativo ou as obrigações assumidas;
b) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
c) não mantiver a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
d) tumultuar a sessão pública da licitação;
e) descumprir requisitos de habilitação na modalidade pregão, a despeito da declaração em sentido contrário;
f) propor recursos e impugnações manifestamente protelatórios em sede de contratação direta ou de licitação;
g) deixar de regularizar os documentos fiscais no prazo concedido, na hipótese de o infrator enquadrar-se como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, nos termos da Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006;
h) deixar de manter as condições de habilitação durante o prazo do contrato, nos termos do inciso XVI, do art. 92, da Lei Federal nº 14.133/2021;
i) permanecer inadimplente após a aplicação de advertência;
j) deixar de regularizar, no prazo definido pela Administração, os documentos exigidos na legislação, para fins de liquidação e pagamento da despesa;
k) não devolver os valores pagos indevidamente pelo Contratante;
l) manter funcionário sem qualificação para a execução do objeto do contrato;
m) utilizar as dependências do contratante para fins diversos do objeto do contrato;
n) tolerar, no cumprimento do contrato, situação apta a gerar ou causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais a qualquer pessoa;
o) deixar de fornecer Equipamento de Proteção Individual-EPI, quando exigido, aos seus empregados ou omitir-se em fiscalizar sua utilização, na hipótese de contratação de serviços de mão de obra;
p) deixar de substituir empregado cujo comportamento for incompatível com o interesse público, em especial quando solicitado pela Administração;
q) deixar de repor funcionários faltosos;
r) deixar de controlar a presença de empregados, na hipótese de contratação de serviços de mão de obra;
s) deixar de observar a legislação pertinente aplicável ao seu ramo de atividade;
t) deixar de efetuar o pagamento de salários, vale-transporte, vale-refeição, seguros, encargos fiscais e sociais, bem como deixar de arcar com quaisquer outras despesas relacionadas à execução do contrato nas datas avençadas;
u) deixar de apresentar, quando solicitado, documentação fiscal, trabalhista e previdenciária regularizada.

IV- de 10% (dez por cento) do valor de referência para a licitação, do valor total da adjudicação da licitação, do valor contratado, da Ata de Registro de Preços, em caso de:
a) inexecução parcial, com ou sem prejuízo para o ente Contratante;
b) quando o infrator der causa, respectivamente, à rescisão do contrato ou ao cancelamento da Ata de Registro de Preços.

V- de 20% (vinte por cento) a 30 % (trinta por cento) do valor de referência para a licitação, do valor total da adjudicação da licitação, do valor contratado, da Ata de Registro de Preços, em caso de:
a) apresentação de declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

b) fraude à licitação ou prática de ato fraudulento na execução do contrato;
c) comportamento inidôneo ou fraude de qualquer natureza;
d) prática de atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
e) prática de ato lesivo previsto no art. 5º, da Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;
f) entrega de objeto com vícios ou defeitos ocultos que o torne impróprio ao uso a que é destinado, ou diminuam-lhe o valor ou, ainda, fora das especificações contratadas;
g) dar causa à inexecução total do objeto do contrato, da Ata de Registro de Preços;
h) recusa do infrator em assinar a Ata de Registro de Preços e/ou contrato, ou recusar-se a aceitar ou retirar o instrumento equivalente, salvo se a recusa em assinar o contrato ou a Ata de Registro de Preços for motivada por fato impeditivo relevante, do qual não tenha dado causa ou concorrido negligentemente, devidamente comprovado e superveniente à apresentação da proposta, mediante decisão favorável e motivada da autoridade competente;
i) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo.

Parágrafo Terceiro
A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas neste instrumento.

Parágrafo Quarto
Naqueles contratos que ainda não foram celebrados, o percentual de que trata o *caput* e seus incisos para cálculo da multa compensatória incidirá sobre o valor estimado da contratação.

Parágrafo Quinto
O atraso, para efeito de cálculo da multa, será contado em dias corridos, a partir do 1º (primeiro) dia útil subsequente ao do encerramento do prazo estabelecido para o cumprimento da obrigação.

Parágrafo Sexto
A aplicação das multas de natureza moratória não impede a aplicação superveniente de outras multas previstas neste instrumento, cumulando-se os respectivos valores.

Parágrafo Sétimo
Na hipótese de deixar o infrator de pagar a multa aplicada, o valor correspondente será executado observando-se os seguintes critérios estabelecido no Decreto Municipal nº 4039, de 2024:

Parágrafo Oitavo
Será aplicada a sanção de **IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR** com a Administração Pública Municipal, pelo prazo máximo de 03 (três) anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, observando-se os parâmetros estabelecidos, aos responsáveis pelas seguintes infrações:
I- impedimento pelo período de até 01 (um) ano, caso o infrator:
a) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
b) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
c) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
e) tenha sofrido três penalidades de advertência, relativas ao mesmo contrato, em periodicidade inferior a seis meses;
f) recuse-se injustificadamente a cumprir os prazos previstos no contrato e/ou na Ata de Registro de Preços;
g) tumultue a sessão pública de licitação;
h) dê ensejo ao cancelamento parcial do contrato e/ou da Ata de Registro de Preços;
i) deixe de devolver os valores recebidos indevidamente após ser devidamente notificado;

j) ofenda agentes públicos no exercício de suas funções, sem prejuízo da aplicação das demais penalidades cabíveis;
k) deixe de regularizar os documentos fiscais no prazo concedido, na hipótese de enquadrar-se como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, nos termos da Lei Complementar Federal nº 123/2006;
l) induza em erro a Administração;
m) seja reincidente na penalidade de multa relativa ao mesmo contrato, em razão de:

1. atraso na execução do objeto;
2. alteração da quantidade ou qualidade do objeto contratado;
3. não entrega, no prazo estipulado pela Administração, dos documentos necessários para a liquidação e pagamento da despesa.

n) atraso na execução do disposto na Ata de Registro de Preços ou no contrato;

II- impedimento pelo período entre 01 (um) ano até 02 (dois) anos, caso o infrator:
a) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
b) a paralisação injustificada do serviço, da obra ou do fornecimento de bens;
c) à rescisão do contrato e/ou Ata de Registro de Preços;
d) recusa em contratar dentro do prazo de validade da proposta;
e) não manutenção da proposta, durante o seu prazo de validade.

III- impedimento pelo período entre 02 (dois) anos até 03 (três) anos, caso o infrator:
a) der causa à inexecução total do contrato;
b) entregue mercadoria falsificada, adulterada, deteriorada ou danificada;
c) apresente documentos fraudulentos, adulterados ou falsificados nas licitações ou contratações diretas, no momento da contratação ou durante a execução do contrato;
d) ofereça vantagens a agentes públicos com o fim de obter benefícios indevidos;
e) comportamento inidôneo;
f) apresentação de documentação falsa;
g) falha ou fraude na execução do contrato;
h) fraude fiscal.

Parágrafo Nono
A aplicação da penalidade de impedimento de licitar e contratar por outras esferas governamentais não produz efeitos diretos no âmbito da Administração Direta e Indireta do Município.

Parágrafo Décimo
Será aplicada a sanção de **DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE PARA LICITAR E CONTRATAR** com a Administração Pública direta e indireta, de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de seis anos, observando-se os parâmetros estabelecidos, aos responsáveis pelas seguintes infrações:
I- pelo período entre 03 (três) anos até 04 (anos) anos, no caso de o infrator:
a) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ouprestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato.

II- pelo período entre 04 (quatro) anos até 05 (anos) anos, no caso de o infrator:
a) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.

III- pelo período entre 05 (cinco) anos até 06 (seis) anos, caso o infrator:
a) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza (tais como conluio, fraude, adulteração de documentos ou emissão de declaração falsa);

b) existência de sentença judicial condenatória transitada em julgado pela prática de fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos ou encargos sociais;
c) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846/2013.

Parágrafo Décimo Primeiro
Será aplicada a sanção de declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública direta e indireta, de todos os entes federativos, no caso das infrações previstas no art. 8º do Decreto Municipal nº 4039, de 2024, pelo prazo máximo de 06 (seis) anos, quando se justificar a imposição de penalidade mais grave.

Parágrafo Décimo Segundo
O cometimento de mais de 01 (uma) infração em uma mesma licitação ou relação contratual sujeitará o infrator à sanção cabível para a mais grave entre elas, ou se iguais, somente 01 (uma) delas, sopesando-se, em qualquer caso, as demais infrações como circunstância agravante.

Parágrafo Décimo Terceiro
A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

Parágrafo Décimo Quarto
Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

Parágrafo Décimo Quinto
Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

Parágrafo Décimo Sexto
O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

Parágrafo Décimo Sétimo
A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOS RECURSOS
Contra as decisões de que resultarem sanções administrativas a CONTRATADA poderá:

a) Recorrer à autoridade superior no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da data da aplicação da sanção;
b) Pedir reconsideração da decisão que declarar a inidoneidade da CONTRATADA para contratar com a Administração Pública, no prazo de 10 (dez) dias úteis contados da intimação da decisão.

Parágrafo Primeiro
Os recursos e pedidos de reconsideração não têm efeito suspensivo, exceto se este lhe for atribuído pela autoridade competente para conhecê-lo em última instância.

Parágrafo Segundo
Ressalvado o disposto na alínea "a" desta cláusula, os recursos serão dirigidos à autoridade superior por intermédio da que praticou o ato recorrido, que poderá reconsiderar sua decisão ou fazê-los subir, devidamente informados. A reconsideração da decisão está sujeita a recurso *"ex-offício"*.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)
O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

Parágrafo Primeiro
Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

Parágrafo Segundo
Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

Parágrafo Terceiro
O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa. 12.4.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

Parágrafo Quarto
A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

Parágrafo Quinto
Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

Parágrafo Sexto
O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:
Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
Indenizações e multas.

Parágrafo Sétimo
A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei nº 14.133, de 2021).

Parágrafo Oitavo
O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou

com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei nº 14.133, de 2021)."

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - REAJUSTE (art. 92, V)
Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em *18/08/2025.*

Parágrafo Primeiro
Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do Índice Nacional ao Consumidor Amplo – IPCA (IBGE), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

Parágrafo Segundo
Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

Parágrafo Terceiro
No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

Parágrafo Quarto
Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

Parágrafo Quinto
Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

Parágrafo Sexto
Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

Parágrafo Sétimo
O reajuste será realizado por Apostilamento, ou por aditivo.

Parágrafo Oitavo
O reajuste a que a contratada fizer jus e não for solicitado durante a vigência do contrato será objeto de preclusão com a assinatura da prorrogação contratual, se não houver qualquer ressalva no respectivo termo, ou com o encerramento do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO RECURSO AO JUDICIÁRIO
Serão cobrados em processos de execução os valores correspondentes às importâncias decorrentes de quaisquer sanções impostas à CONTRATADA, bem como os das perdas e danos e dos prejuízos sofridos pela Municipalidade em decorrência da má execução ou da inexecução do Contrato. Nesse caso a CONTRATADA ficará sujeita ao pagamento, além do principal do débito, da pena convencional de 20% (vinte por cento) sobre o valor do litígio, dos juros de mora 1% (um por cento) ao mês, das custas judiciais e dos honorários de advogados, fixados desde logo em 20% (vinte por cento) do valor deste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS CONSEQUÊNCIAS DA RESCISÃO
A decretação da rescisão operará seus efeitos a partir da Publicação no Jornal Oficial do Município de Rio das Ostras. Quando a rescisão for administrativa, esta acarreta as seguintes consequências:

a)Na decretação da rescisão a CONTRATADA além das demais sanções cabíveis, ficará sujeita à multa de até 20% (vinte por cento) calculada sobre o valor deste Contrato;
b)Decretada a rescisão sem que caiba culpa à CONTRATADA, a mesma será ressarcida dos prejuízos comprovados que houver sofrido;
c) Decretada a rescisão por culpa da CONTRATADA, a mesma somente terá direito do recebimento das faturas relativas ao fornecimento dos materiais de informática até a data da rescisão, e apenas daqueles que estiverem em condições de aceitação, descontadas as multas porventura devidas, podendo o MUNICÍPIO, observado sempre o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO
O MUNICÍPIO obriga-se a promover a publicação, em extrato, do presente Contrato, dentro do prazo de Lei, publicação esta que os respectivos encargos correrão por conta do MUNICÍPIO.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA VINCULAÇÃO AO EDITAL
Fazem parte integrante e complementar deste Contrato, independentemente de sua transcrição, cláusulas e disposições contidas no **Edital de Chamada Pública nº 002/2025,** e seus anexos constantes do **Processo Administrativo n° 27554/2024** porventura aqui omitidas.

Parágrafo Primeiro
A eventual tolerância de qualquer infração às disposições deste Contrato, do Edital, da legislação ou das normas aplicáveis não figurará novação, renúncia ou perda de quaisquer direitos do MUNICÍPIO ou da CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – (FORO)
A CONTRATADA obriga-se por si e por seus sucessores ao fiel cumprimento de todas as cláusulas e condições do presente Contrato e elege para foro do Contrato o da Comarca do Município de Rio das Ostras, com expressa renúncia a qualquer outro, por privilegiado que seja.

E, por estarem assim, justos e contratados, assinam o presente instrumento em 04 vias de igual teor, na presença de 02 testemunhas.

Rio das Ostras, 31 de março de 2026.

gov.br Documento assinado digitalmente
MARCELE RAQUEL DE MATTOS MARTINS
Data: 31/03/2026 09:27:28-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Marcele Raquel de Mattos Martins
P/ SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER

VENEZIO PEREIRA LOPES:08310166710
Assinado de forma digital por VENEZIO PEREIRA LOPES:08310166710
Dados: 2026.03.27 09:23:25 -03'00'

Venézio Pereira Lopes
P/ COOPALAGOS – Cooperativa da Agricultura Familiar da Região dos Lagos

TESTEMUNHAS:

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1 Aquisição de gêneros alimentícios provenientes da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural, com dispensa de licitação, por meio de **Chamada Pública**, nos termos do art. 14 da Lei nº 11.947/2009, da Resolução CD/FNDE nº 06/2020 e da Lei nº 14.133/2021, destinados à composição da alimentação escolar dos alunos matriculados no ensino regular da Rede Pública Municipal de Ensino de Rio das Ostras, bem como para os estudantes atendidos no contraturno pelas Entidades Filantrópicas do Município (APAE e Pestalozzi), no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE.

Item	Descrição	Qtd.	Unid.	Valor Unitário R$	Valor Total R$
4	Polpa de fruta congelada Goiaba	13.212	Kg	25,18	332.678,16
5	Ovo de Galinha	45.000	Dz	21,86	983.700,00
7	Laranja Seleta	32.727	Kg	8,60	281.452,20
TOTAL R$					1.597.830,36

1.2 Os bens objeto da contratação são classificados como bens comuns e não se enquadram como bem de luxo, especialmente por apresentarem especificações usuais no mercado e permitirem comparabilidade objetiva das propostas.

1.3 A Administração Pública do Município de Rio das Ostras não possui Catálogo Eletrônico de Padronização ativo e no Catálogo do Governo Federal não existe padronização para os itens objetos desta Chamada Pública.

1.4 A estimativa de quantitativos para a aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar foi construída com base nas necessidades alimentares dos alunos da rede municipal de ensino, considerando o censo do ano anterior e o planejamento do cardápio escolar, conforme as orientações estabelecidas pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

1.5 O público-alvo da presente contratação são: agricultores familiares e empreendedores familiares rurais, conforme definidos pela Lei nº 11.326/2006 e suas organizações formais (cooperativas e associações), compostas exclusivamente por beneficiários da agricultura familiar. Dessa forma, não se aplica a reserva de cotas para Microempresas (ME) ou Empresas de Pequeno Porte (EPP), nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, uma vez que estas empresas não se enquadram no perfil de beneficiários diretos da política pública de aquisição de alimentos da agricultura familiar. Ressalte-se que o modelo da Lei nº 14.133/2021 prevê a diferenciação entre licitação para o setor empresarial e chamamento público para seleção de entes sem fins lucrativos ou produtores familiares, sendo esta última modalidade a que se adota neste processo.

1.6 O regime de execução da presente contratação será a empreitada por preços unitários e a adjudicação pelo menor preço por item.

1.7 A vigência da presente contratação será **determinada**, com início na data da assinatura do instrumento contratual e término no dia **31 de dezembro de 2025**, correspondente ao final do exercício financeiro, conforme disposto no art. 105, inciso I, da Lei nº 14.133/2021. Poderá ser prorrogada, mediante justificativa da Administração e desde que respeitadas as condições estabelecidas nos arts. 105 a 114 da Lei nº 14.133/2021, inclusive quanto ao limite máximo de vigência contratual, desde que mantidas as condições do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE e a vigência dos recursos a ele vinculados.

1.8 Após o encerramento do procedimento de chamamento público e a homologação do resultado, a

Administração convocará os selecionados para assinatura do respectivo **Termo de Compromisso** ou **Instrumento Contratual**, no prazo de até 5**(cinco) dias úteis**, contado da data da convocação.

1.9 O transporte dos produtos é de responsabilidade da contratada, a qual também deverá descarregá-los e armazená-los em local indicado por servidor designado para tal, comprometendo-se, ainda, integralmente, com eventuais danos causados a estes.

1.10 No que diz respeito à embalagem, os alimentos devem vir conforme consta na descrição de cada item, bem como o transporte ser com boas práticas de higiene e manuseio, procedimento padrão que devem ser seguidos por empresas que trabalham com alimentos.

1.11 As quantidades acima representam apenas uma estimativa, podendo ser alteradas conforme a necessidade e urgência da Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer.

1.12 O fornecedor deverá manter, durante todo o prazo de vigência contratual, as condições de habilitação e qualificação compatíveis com as obrigações assumidas neste

2 FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1 A presente contratação fundamenta-se na Lei Federal nº 11.947/2009, regulamentada pela Resolução CD/FNDE nº 06, de 08 de maio de 2020, atualizada pela Resolução CD/FNDE nº 21, de 16 de novembro de 2021, que dispõe sobre a obrigatoriedade de aplicação mínima de 30% dos recursos do PNAE na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou suas organizações.

2.2 Com base nessas normas, é prevista a utilização da dispensa de licitação, mediante Chamada Pública, como instrumento próprio e exclusivo para aquisição dos alimentos oriundos da agricultura familiar, conforme o art. 24 da Resolução CD/FNDE nº 06/2020. Esta modalidade garante o atendimento direto às organizações e produtores locais, promove o desenvolvimento sustentável do meio rural, fortalece os vínculos da agricultura familiar com a comunidade escolar e contribui para a segurança alimentar dos estudantes.

2.3 A escolha desse modelo está alinhada ainda aos princípios da economicidade, eficiência, isonomia e valorização da produção local, previstos na Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos), notadamente no art. 37 da Constituição Federal.

2.4 A contratação visa atender à demanda de gêneros alimentícios para a alimentação escolar dos alunos matriculados no ensino regular da Rede Pública Municipal de Ensino de Rio das Ostras, bem como para os alunos atendidos no contraturno pelas Entidades Filantrópicas (APAE e Pestalozzi), no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE.

2.5 As quantidades estimadas dos gêneros alimentícios foram elaboradas pela Divisão de Nutrição da Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer, com base em:

- O cardápio escolar planejado por nutricionistas da rede, em conformidade com as diretrizes nutricionais do FNDE;
- O número de alunos declarados no Censo Escolar do ano anterior;
- O total de dias letivos previstos (200 dias);
- O valor per capita repassado pelo FNDE, conforme a modalidade de ensino, com base no Art. 47, inciso II da Resolução nº 06/2020, atualizada pela Resolução CD/FNDE nº 02, de 10 de março de 2023.

2.6 A estimativa resultou do produto entre o número de alunos, o número de dias letivos e a quantidade média dos gêneros alimentícios previstos no cardápio, garantindo a adequação nutricional e o atendimento integral das necessidades alimentares dos estudantes durante o período letivo.

2.7 Finalmente, a pretensa aquisição enquadra-se nos moldes legais e regulamentares, recomendando o uso da Chamada Pública para tal procedimento. O apoio ao desenvolvimento sustentável local ocorre pela priorização da compra de produtos diversificados, orgânicos ou agroecológicos, e que sejam produzidos no próprio município onde está localizada a escola, ou na mesma região, com especial atenção aos assentamentos rurais e comunidades. Nesse sentido, para o município, significa a geração de emprego e renda, fortalecendo e diversificando a economia local, e valorizando as especificidades e os hábitos alimentares locais. Para o agricultor familiar, representa um canal importante de comercialização e geração de renda com regularidade, contribuindo para a inclusão produtiva, a geração de emprego no meio rural e o estímulo ao cooperativismo e ao associativismo. Para os alunos da rede pública de ensino, é o acesso regular e permanente a produtos de melhor qualidade nas escolas: um passo adiante para a garantia de alimentos e hábitos saudáveis, com respeito à cultura e às práticas alimentares regionais e garantindo segurança alimentar e nutricional.

2.8 O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual, conforme Documento de Formalização de Demanda sob o nº 982921/2025, cópia em apenso.

- ✓ ID PCA no PNCP: 39.223.581/0001-66
- ✓ Data de publicação no PNCP: 17/09/2024
- ✓ Id do item no PCA: 645 ao 651
- ✓ Classe/Grupo: 8915 e 8910
- ✓ Identificador da Futura Contratação: 982921-101/2025

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1 A presente contratação tem por objetivo a aquisição de gêneros alimentícios provenientes da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural, com recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, para o atendimento à alimentação escolar dos alunos matriculados na Rede Pública Municipal de Ensino de Rio das Ostras e nas Entidades Filantrópicas conveniadas (APAE e Pestalozzi), no contraturno.

3.2 A solução está estruturada considerando todo o ciclo de vida do objeto, desde o planejamento da demanda, a seleção dos fornecedores, o fornecimento contínuo e a gestão contratual, até a finalização da entrega, respeitando as diretrizes de qualidade nutricional, controle sanitário, logística de distribuição e conformidade legal.

3.3 A contratação será realizada por dispensa de licitação, conforme previsto no art. 74, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021, e fundamentada no art. 14 da Lei nº 11.947/2009, em conjunto com os arts. 29 a 49 da Resolução CD/FNDE nº 06/2020 e suas atualizações. O procedimento adotado será a Chamada Pública, método que possibilita a seleção de projetos de venda apresentados por agricultores familiares ou suas organizações, garantindo a transparência, a publicidade e o incentivo à produção local e sustentável.

3.4 A solução está alinhada com o planejamento da Secretaria requisitante, estando inserida no Plano Anual de Contratações (PAC) e baseada no cardápio escolar elaborado por nutricionistas, conforme as diretrizes do FNDE. O fornecimento será realizado de forma descentralizada, com entregas diretamente nas Unidades Escolares.

3.5 O transporte e o acondicionamento dos produtos serão de responsabilidade da contratada, observando as normas sanitárias vigentes, sendo exigido o uso de veículos fechados, próprios para o transporte de alimentos, e, no caso de produtos refrigerados ou congelados, veículos isotérmicos ou refrigerados.

3.6 O ciclo de vida da solução abrange ainda a substituição de itens rejeitados (prazo de 24 horas), o fornecimento de caixas plásticas em comodato para melhor acondicionamento e a avaliação técnica de amostras pela equipe de nutricionistas antes do início do fornecimento.

3.7 Por fim, a adoção da Chamada Pública favorece o fortalecimento da agricultura familiar local, respeita a sazonalidade da produção, promove impacto ambiental reduzido — dado o predomínio de gêneros in natura —, e assegura a economicidade, já que os preços são obtidos por pesquisa de mercado, conforme critérios estabelecidos na Instrução Normativa nº 65/2021. Poderão participar da presente Chamada Pública os Empreendedores Familiares Rurais organizados em grupos formais, agricultores familiares organizados em grupos informais e fornecedores individuais que atendam as condições contidas neste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1 A presente contratação deverá atender aos seguintes requisitos técnicos, operacionais, legais e de sustentabilidade, conforme definidos neste Termo de Referência e na legislação vigente:

Requisitos técnicos obrigatórios:

4.2 A presente contratação possui requisitos técnicos e administrativos fundamentais à garantia da adequada execução contratual, do alcance dos resultados esperados e da conformidade com a legislação vigente. Tais requisitos estão detalhados a seguir:

4.2.1 **Normas e regulamentos aplicáveis: a) Lei nº 11.947/2009**, especialmente o art. 14, que dispõe sobre a aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar; b) **Lei nº 14.660/2023**, que atualiza a norma anterior; c) Resolução **CD/FNDE nº 06/2020**, em especial os arts. 29 a 49, e suas atualizações pela **Resolução CD/FNDE nº 21/2021** e **Resolução CD/FNDE nº 02/2023**; d) **Lei nº 14.133/2021**, que estabelece normas gerais de licitações e contratos administrativos.

Das condições gerais de atendimento

4.3 Os Contratados deverão cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

4.3.1 Os itens serão entregues conforme solicitado em cronograma semanal, de acordo com as ordens de fornecimento expedidas e com a necessidade de cada Unidade Escolar e com o quantitativo solicitado previamente pela contratante, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, conforme solicitado em cronograma da Divisão de Nutrição Escolar;

4.3.2 Os itens solicitados deverão ser entregues nas Unidades Escolares Municipais, em perfeitas condições, de acordo com as especificações, não se admitindo modificações sem prévia consulta e concordância da Contratante;

4.3.2 Os contratados se obrigam a entregar os produtos de acordo com as quantidades, prazos e critérios estipulados, em dias, locais e quantidades determinados, de acordo com a necessidade de cada Unidade Escolar.

4.3.3 Esta deverá manter durante toda a execução deste objeto, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo de contratação.

4.3.4 Fica a cargo dos contratados, toda a responsabilidade do suporte operacional à cerca da logística de transporte e demais obrigatoriedades, sem custos adicionais com a entrega em distritos e zonas rurais do município.

4.3.5 O gênero deverá ser entregue no prazo máximo de 03 (três) dias para perecíveis, após solicitação feita pelo ORGÃO SOLICITANTE. O referido prazo começará a fluir a partir da data da assinatura da Ordem de Fornecimento.

4.3.6 Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

4.3.7 O edital de credenciamento será mantido a disposição do público, no jornal oficial do município e no portal Nacional de Contratações Publicas durante toda a sua vigência, sendo esta de 12 meses.

4.3.8 Os alimentos devem estar em conformidade com a legislação sanitária vigente, com a rotulagem, a embalagem, e os regulamentos técnicos de identidade e qualidade, conforme normas da Anvisa e do Ministério da Agricultura;

4.3.9 O transporte dos gêneros alimentícios deverá ocorrer em veículos apropriados, em perfeitas condições de higiene e funcionamento, sendo obrigatório o uso de veículos refrigerados ou isotérmicos para produtos perecíveis, conforme legislação específica.

4.3.10 Fornece caixas plásticas em regime de comodato para o acondicionamento dos produtos, a fim de facilitar o transporte e a entrega nas unidades escolares; efetuar o carregamento, transporte e descarregamento dos alimentos, integralmente às suas expensas;

4.3.11 Entregar os produtos ponto a ponto, diretamente nas unidades escolares indicadas, no horário de 08h às 17h, de segunda a sexta-feira, conforme cronograma previamente definido pela contratante com antecedência mínima de 7 (sete) dias;

4.3.12 Substituir, no prazo de até **24 horas**, quaisquer itens rejeitados pela contratante por não atenderem às exigências de qualidade e segurança alimentar. A não substituição acarretará o não pagamento dos itens recusados.

Requisitos técnicos do objeto

4.4 Os gêneros alimentícios a serem fornecidos devem ser preferencialmente, in natura, orgânicos ou agroecológicos, quando disponíveis, estar adequados à composição nutricional prevista no cardápio elaborado pelos nutricionistas do município, apresentar validade e conservação compatíveis com a natureza do produto e atender às condições mínimas de aparência, frescor, integridade, peso líquido e características sensoriais.

4.5 Somente poderão participar da Chamada Pública: Agricultores familiares e empreendedores familiares rurais com Declaração de Aptidão ao CAF (Cadastro Nacional da Agricultura Familiar) válida; Organizações da agricultura familiar legalmente constituídas, com comprovação de regularidade jurídica e fiscal; Grupos formais ou informais, desde que atendam aos requisitos do art. 36 da Resolução CD/FNDE nº 06/2020; Fornecedores que respeitem o limite individual de venda de R$ 40.000,00 por CAF Familiar/ano/entidade executora, conforme Resolução nº 21/2021.

4.6 A contratada deverá dispor de estrutura logística compatível com as condições de entrega.

Sustentabilidade e impacto ambiental

4.7 Dado o caráter majoritariamente in natura dos alimentos a serem fornecidos, a contratação promove a redução de resíduos sólidos e de emissões de carbono, além de estimular práticas sustentáveis da agricultura familiar. O incentivo à produção local contribui para encurtar cadeias logísticas, minimizando impactos ambientais.

Da não exigência de amostra

4.8 Considerando a natureza dos produtos a serem adquiridos por meio desta Chamada Pública – majoritariamente gêneros alimentícios in natura ou minimamente processados, de produção sazonal e perecível, provenientes da agricultura familiar –, não será exigida a apresentação prévia de amostras para fins de habilitação ou julgamento das propostas.

4.9 A avaliação da qualidade dos gêneros alimentícios será realizada no momento de cada entrega, de forma pontual e direta nas Unidades Escolares, observando os seguintes critérios:

- Integridade física, aparência, frescor e maturação do produto;
- Conformidade com as especificações técnicas constantes no edital;
- Condições de embalagem, rotulagem (quando aplicável) e transporte;
- Higiene e segurança sanitária, conforme normas da Anvisa e do Ministério da Agricultura.

4.10 A contratante reserva-se o direito de rejeitar, no ato do recebimento, quaisquer produtos que apresentem não conformidades, estejam em desacordo com as exigências contratuais, ou que não sejam próprios para o consumo humano, ficando o fornecedor obrigado a substituí-los no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas, às suas expensas.

4.11 Tal dispensa visa respeitar os princípios da economicidade, da isonomia e da realidade produtiva da agricultura familiar, conforme orientações da Resolução CD/FNDE nº 06/2020.

Subcontratação

4.12 É vedada a subcontratação, total ou parcial, do objeto da presente contratação, sob qualquer forma.

4.13 A contratação visa à aquisição direta dos gêneros alimentícios da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural, sendo esta uma exigência legal para a aplicação dos recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. A subcontratação comprometeria a rastreabilidade da produção, o controle da qualidade dos alimentos, a identificação da origem e, sobretudo, o cumprimento do requisito legal da venda direta pelos agricultores familiares ou suas organizações formalmente habilitadas.

4.14 Assim, somente serão aceitas propostas oriundas de grupos formais (cooperativas ou associações legalmente constituídas) ou fornecedores individuais devidamente cadastrados no Cadastro da Agricultura Familiar – CAF, vedando-se qualquer tipo de intermediação, cessão ou terceirização da entrega dos gêneros alimentícios contratados.

Consórcio

4.15 Também não será admitida, em nenhuma hipótese, a participação de empresas reunidas em consórcio, visto que a contratação direta exige a comprovação individual ou coletiva da condição de

agricultor familiar por meio de Declaração de Aptidão ao CAF, e a responsabilização direta pelo fornecimento e entrega dos produtos. A atuação em consórcio descaracterizaria essa natureza individual ou comunitária da agricultura familiar e criaria estrutura intermediária indevida, incompatível com os princípios e requisitos do PNAE.

4.16 Além disso, não há complexidade viável e expressamente prevista no edital e no planejamento da contratação, o que não se aplica ao presente caso, dada a natureza social e o objetivo da política pública de fomento direto à agricultura familiar local.

ME, EPP e Cooperativa

4.17 Não haverá reserva de cota ou tratamento diferenciado para Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP) na presente Chamada Pública, tendo em vista a sua natureza específica e finalística, que visa à aquisição direta de gêneros alimentícios da agricultura familiar, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 11.947/2009 e regulamentado pela Resolução CD/FNDE nº 06/2020.

4.18 Será, entretanto, permitida a participação de ME e EPP, desde que estas estejam formalmente organizadas como entidades da agricultura familiar, e comprovem sua regularidade.

4.19 Também poderão participar as Cooperativas da Agricultura Familiar.

4.20 Não será admitida a participação de pessoas jurídicas ou empresas que atuem como **intermediárias comerciais, sem comprovação de vínculo direto com a agricultura familiar, mesmo que formalmente registradas como ME ou EPP.**

4.21 A documentação apresentada será analisada quanto à compatibilidade com os objetivos da presente contratação e com as exigências legais do PNAE, podendo a Administração desclassificar propostas que não atendam aos critérios estabelecidos.

Garantia da Execução

4.22 Considerando que a presente contratação será realizada por meio de Chamada Pública, nos termos do art. 14 da Lei nº 11.947/2009, para aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar no âmbito do PNAE, e tendo em vista que se trata de política pública voltada à inclusão produtiva de pequenos agricultores, bem como o fato de que tal exigência poderia inviabilizar a participação de produtores com limitada capacidade financeira, opta-se pela **não exigência de garantia**, por se mostrar desproporcional, contrária ao interesse público e em desacordo com os princípios da ampla competitividade, da razoabilidade e da legalidade.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Das especificações dos Itens:

5.1 As especificações dos itens encontram-se pormenorizadas no anexo IV deste Termo de Referência.

Condições de Entrega

5.2 A entrega dos gêneros alimentícios deverá ocorrer conforme as seguintes condições operacionais e técnicas, visando assegurar a qualidade dos produtos e a regularidade do fornecimento às unidades escolares atendidas:

5.2.1 As entregas deverão ser realizadas **ponto a ponto**, ou seja, **diretamente nas Unidades Escolares da Rede Pública Municipal de Ensino de Rio das Ostras**, bem como nas Entidades Filantrópicas

conveniadas (APAE e Pestalozzi), no contraturno, conforme programação da contratante.

5.2.2 As entregas deverão ser realizadas **de segunda a sexta-feira**, no horário compreendido entre **08h e 17h**, excetuando-se feriados e recessos escolares, salvo disposição diversa em cronograma específico acordado entre as partes.

5.2.3 A programação contendo os **itens, quantidades, datas e locais de entrega** será informada à contratada com **antecedência mínima de 7 (sete) dias corridos**.

5.2.4 A contratada deverá realizar a entrega dos gêneros alimentícios PERECÍVEIS **em até 3 (três) dias corridos a contar do recebimento da programação oficial** pela contratante.

5.2.5 O carregamento, transporte e descarregamento dos gêneros alimentícios junto às unidades de ensino correrão por **conta e responsabilidade exclusiva da contratada**.

5.2.6 A contratada deverá: a) Fornecer, a título de **comodato**, **caixas plásticas higienizáveis** para acondicionamento dos alimentos, facilitando a entrega e preservando a integridade dos produtos; b) Utilizar **veículos apropriados para transporte de alimentos**, em perfeitas condições de uso, funcionamento, higiene e limpeza; c) Para alimentos **refrigerados e/ou congelados**, utilizar **veículos isotérmicos ou refrigerados**, de acordo com as normas sanitárias vigentes.

5.2.7 A contratante se reserva o direito de **rejeitar os gêneros alimentícios entregues em desacordo com as especificações previstas no edital e seus anexos**, ou que apresentem qualquer condição que os torne impróprios para o consumo humano.

5.2.8 Os produtos rejeitados deverão ser **substituídos no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas**, contado da notificação formal. O não atendimento a esse prazo implicará a **não contabilização dos produtos rejeitados para fins de pagamento**, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas.

5.2.9 Todos os custos relacionados à substituição (incluindo transporte, carga e descarga) serão de **inteira responsabilidade da contratada**.

5.3 A contratada deverá manter, durante toda a execução contratual, pessoal capacitado para manuseio e entrega dos gêneros alimentícios; toda a cadeia logística deverá observar as normas da **Anvisa**, do **Ministério da Agricultura**, do **Código de Defesa do Consumidor** e demais legislações sanitárias e de segurança alimentar aplicáveis e os produtos deverão apresentar **rotulagem e validade visíveis**, quando aplicável, e estar livres de sinais de contaminação, deterioração ou presença de pragas.

Apresentação de Amostra para Verificação na Execução Contratual

5.4 Considerando o disposto na Lei nº 12.512/2011, no art. 25 da Lei nº 14.133/2021, no art. 24 da Resolução FNDE nº 6/2020 e no art. 23 do Decreto nº 7.775/2012, que regulam a contratação de produtos da agricultura familiar por meio de Chamada Pública, **fica estabelecido que a apresentação de amostras dos gêneros alimentícios ocorrerá exclusivamente para fins de verificação de conformidade dos produtos na fase de execução do contrato.**

5.5 A amostra deverá ser apresentada **antes da primeira entrega** dos itens contratados, em data a ser agendada com o setor responsável pela fiscalização na SEMEDE, com o objetivo de verificar se os produtos a serem fornecidos estão de acordo com as especificações constantes no edital e seus anexos, especialmente quanto à qualidade, frescor, maturação, coloração e demais características pertinentes.

5.6 A análise da amostra será realizada por comissão técnica ou servidor designado, e o fornecimento dos itens estará condicionado à **aprovação da amostra**. Caso a amostra não atenda aos requisitos de qualidade exigidos, o fornecedor será notificado para correção ou substituição dos produtos, sob pena de aplicação das sanções cabíveis e possível rescisão do contrato.

5.7 Esta cláusula não se confunde com requisito de habilitação, **sendo parte integrante do controle da execução contratual,** com base na legislação específica aplicável à aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar.

Da obrigação da Contratante

5.8 Prestar as informações necessárias para a execução do objeto, tais como cronograma de entregas, local de entrega e especificações complementares;

5.9 Proporcionar as condições adequadas para o recebimento dos itens no local designado, observando os prazos previamente estabelecidos com a contratada;

5.10 Designar formalmente os servidores responsáveis pelo acompanhamento, fiscalização técnica e administrativa do contrato, conforme previsto no art. 117 da Lei nº 14.133/2021;

5.11 Realizar o recebimento provisório e definitivo dos itens, conforme os critérios técnicos definidos neste Termo de Referência, observando a inspeção visual, quantitativa e documental;

5.12 Comunicar à contratada qualquer irregularidade, avaria, divergência ou não conformidade identificada nos materiais recebidos, exigindo as providências cabíveis;

5.13 Efetuar o pagamento devido, nos termos e prazos previstos no contrato e após o regular recebimento e atesto da entrega;

5.14 Zelar pela observância das normas legais e contratuais, promovendo, quando necessário, a aplicação das sanções previstas nos casos de inexecução total ou parcial da obrigação.

Da obrigação da Contratada

5.15 Executar o fornecimento dos itens com observância integral das especificações técnicas, quantidades, prazos, normas técnicas e demais condições constantes deste Termo de Referência e do contrato;

5.16 Garantir a qualidade de consumo dos gêneros alimentícios fornecidos, observando a integridade, validade, rotulagem adequada, ausência de contaminações, e cumprimento das normas sanitárias e técnicas vigentes, de modo a assegurar que os produtos sejam próprios para o consumo humano, em conformidade com o disposto neste Termo de Referência e na legislação aplicável.

5.17 Realizar as entregas no local designado pela contratante, dentro dos prazos estabelecidos para cada parcela, em conformidade com o cronograma de distribuição;

5.18 Responder integralmente por eventuais danos, avarias, extravios ou perdas dos itens até o ato do recebimento definitivo, assumindo a obrigação de substituição dos itens danificados ou não conformes, sem ônus para a Administração;

5.19 Utilizar transporte adequado, conforme as normas ambientais vigentes, garantindo a preservação dos produtos durante todo o deslocamento;

5.20 Fornecer carrinho próprio para descarga dos materiais, responsabilizando-se integralmente pela

movimentação dos itens até o local de conferência;

5.21 Cumprir rigorosamente os prazos e condições pactuadas, sob pena de aplicação das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021 e no contrato;

5.22 Reparar, corrigir, remover ou substituir, no todo ou em parte e às suas expensas, bens objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções;

5.23 Designar preposto para acompanhar e se responsabilizar pela execução do contrato.

5.24 Manter, durante toda a duração deste contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, as condições de habilitação e qualificação exigidas para participação na licitação;

5.25 Cumprir todas as obrigações e encargos sociais trabalhistas e demonstrar o seu adimplemento; indenizar todo e qualquer dano e prejuízo pessoal ou material que possa advir, direta ou indiretamente, do exercício de suas atividades ou serem causados por seus prepostos à CONTRATANTE, aos usuários ou terceiros.

5.26 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4 O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5 Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.6 A fiscalização da execução contratual deverá ser exercida pelos servidores indicados pela Secretaria de Educação, Esporte e Lazer em momento oportuno.

Fiscalização

6.7 Os fiscais acompanharão a execução do objeto contratual, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no Edital, Contrato e demais instrumentos a eles vinculados de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.8 O fiscal da contratação anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do respectivo contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.9 Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal da contratação emitirá notificações para a correção da execução contratual, determinando prazo para a correção.

6.10 O fiscal informará ao gestor da contratação, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.11 No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal comunicará o fato imediatamente ao gestor da contratação.

6.12 O fiscal comunicará ao gestor da contratação, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação.

6.13 Verificar a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhar o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.14 Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal da contratação atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.15 O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela CONTRATADA detectado pela fiscalização ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente.

Gestor do Contrato

6.16 A Secretária Municipal de Educação, Esporte e Lazer, oportunamente, indicará o servidor que atuará como gestor da contratação e coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato considerando todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de fornecimento, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.17 O gestor da contratação acompanhará os registros realizados pelos fiscais, de todas as ocorrências relacionadas à execução da Ata e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.18 O gestor da contratação acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.19 O gestor da contratação emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais, quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução da Ata, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.20 O gestor da contratação tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o

art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.21 O gestor da contratação deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.22 O gestor da contratação deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7 CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

7.1 Os itens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência.

7.2 Os itens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebime nto provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3 O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 20 (vinte) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.4 Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 10 (dez) dias úteis.

7.5 O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.6 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.7 O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.8 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.9 Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- ✓ o prazo de validade;
- ✓ a data da emissão;
- ✓ os dados do contrato e do órgão contratante;
- ✓ o período respectivo de execução do contrato;
- ✓ o valor a pagar; e
- ✓ eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.10 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

7.11 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

7.12 A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.13 A Administração deverá realizar consulta para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas

7.14 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.15 Constatando-se, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.16 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.17 Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.18 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.

Prazo de pagamento

7.19 O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias contados da finalização da liquidação da despesa.

7.20 Ocorrendo o atraso no pagamento por mais de 30 dias corridos, contados a partir da data final do período de adimplemento de cada parcela, desde que, este, não decorra de ato ou fato atribuíveis à

CONTRATADA sofrerão a incidência de multa de 0,1% (um décimo por cento) calculada sobre a parcela devida. A compensação financeira será calculada desde a data prevista para pagamento até a data da sua efetivação, através da aplicação de índice Nacional de Preços ao consumidor (IPAC – IBGE) "pro rata tempore" por dia de atraso ou no caso de sua extinção, por índice definido legalmente como seu substituto, calculada sobre a parcela da devida

Forma de pagamento

7.21 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.22 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.23 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.24 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.25 O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de crédito

7.26 Não é admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios.

Reajuste contratual

7.27 Considerando o disposto no art. 25, § 8º, da Lei n.º 14133/2021, bem como considerando que o prazo começa a ser contado do orçamento, segundo o § 3º do art. 92 da mesma Lei.

7.28 Os preços inicialmente são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data da conclusão do orçamento definitivo.

7.29 Após o interregno de um ano, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pela CONTRATANTE, do Índice Nacional ao Consumidor Amplo – IPCA (IBGE), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.30 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.31 No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

7.32 Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

7.33 Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor

7.34 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio do termo aditivo.

7.35 O reajuste será realizado por apostilamento, ou por aditivo.

7.36 O reajuste a que a futura contratada fizer jus e não for solicitado durante a vigência do contrato, será objeto de preclusão com a assinatura da prorrogação contratual, se não houver qualquer ressalva no respectivo termo, ou com o encerramento do contrato.

Extinção Contratual:

7.37 Extinção do Contrato, nos termos do Art. 92, XIX, da Lei Federal n.º 14133/2021, nos seguintes termos:

- ✓ O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

- ✓ Se as obrigações do contrato firmado subsequente a ata não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

7.38 Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

- ✓ ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

- ✓ poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

7.39 O futuro contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa. 12.4.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

7.40 A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

7.41 Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

7.42 O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

- ✓ Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- ✓ Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- ✓ Indenizações e multas.

7.43 A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

7.44 O futuro contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na

fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

8 FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

8.1 Para a aquisição de gêneros alimentícios provenientes da agricultura familiar está autorizada a dispensa do procedimento licitatório, conforme prevê a Lei nº 11.947/2009. Este processo de compra será realizado mediante prévia Chamada Pública, normatizada pela Resolução CD/FNDE nº 06/2020, em seus artigos de 29 a 39.

8.2 A presente Chamada Pública será publicada no Jornal Oficial do Município e divulgada no link "Licitações" disponível no site da prefeitura.

8.3 A participação é exclusiva a participantes do programa da agricultura familiar, incluindo as cooperativas, sendo vedada a participação de consórcio de empresas.

8.4 Poderão participar deste CHAMAMENTO PÚBLICO os interessados, produtores rurais individuais ou em grupos formais, detentores da DAP e/ou CAF em situação regular.

8.5 O critério de julgamento desta chamada pública para definição do preço de aquisição de cada produto será o preço médio pesquisado por, no mínimo, três mercados em âmbito local, já considerados os insumos exigidos no edital de chamada pública, tais como despesas com frete, embalagem, encargos e quaisquer outros necessários para o fornecimento do produto, conforme Caderno de Compras da Agricultura Familiar para o PNAE.

8.6 A adjudicação é feita pelo menor preço por item.

8.7 Na impossibilidade de a pesquisa ser realizada em âmbito local, esta deve ser realizada ou complementada em âmbito das regiões geográficas imediatas, intermediárias, estadual ou nacional, nessa ordem, conforme estabelece o IBGE (2017).

8.8 Para a presente chamada pública, o preço de aquisição foi definido a partir da pesquisa de preços dos alimentos de acordo com as características descritas neste Termo de Referência, observando o art. 31 da Resolução CD/FNDE nº 06/2020 para a seleção de mercado.

8.9 O preço de aquisição apresentado abrange todos os tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), mão-de-obra, prestação do serviço, fornecimento de mão-de-obra especializada, leis sociais, administração, lucros, equipamentos e ferramental, transporte de material e de pessoal, translado, seguro do pessoal utilizado nos serviços contra riscos de acidente de trabalho, cumprimento de todas as obrigações que a legislação trabalhista e previdenciária impõe ao empregador e qualquer despesa acessória e/ou necessária, não especificada neste Projeto Básico.

8.10 Os interessados deverão apresentar, simultaneamente os documentos de habilitação e o projeto de venda com o preço e quantidade, observado o disposto neste termo de referência.

A Fase de Habilitação

8.11. Os beneficiários fornecedores ou as organizações fornecedoras deverão apresentar em Envelope os documentos abaixo relacionados, sob pena de inabilitação:

8.11.1. Para Grupos Informais de Agricultores Familiares:

I. prova de inscrição no Cadastro de Pessoa Física – CPF;
II. extrato da DAP e/ou CAF Física do agricultor familiar participante, emitido nos últimos 60 dias;

III. Proposta de Venda de Gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e/ou Empreendedor Familiar rural para Alimentação Escolar (Anexo III) assinado por todos os Agricultores Familiares participantes.
IV. Declaração de que os gêneros alimentícios a serem entregues são produzidos pelos agricultores familiares relacionados no projeto de venda);
V. 8.11.1.2 Para Grupos Formais de Agricultores Familiares e de Empreendedores Familiares Rurais, detentores de DAP Jurídica:
VI. prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;
VII. extrato da DAP e/ou CAF Jurídica para associações e cooperativas, emitido nos últimos 60 dias;
VIII. prova de regularidade com a Fazenda Municipal;
IX. prova de regularidade com a Fazenda Estadual;
X. prova de regularidade com a Fazenda Federal e a Seguridade Social, mediante apresentação de Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil ou pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional;
XI. Prova de Regularidade para com FGTS;
XII. prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1o de maio de 1943;
XIII. cópias do estatuto e ata de posse da atual diretoria da entidade registrada no órgão competente;
XIV. Proposta de Venda de Gêneros alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar (Anexo III), assinado pelo seu representante legal.
XV. Declaração de que os gêneros alimentícios a serem entregues são produzidos pelos associados/cooperados; e
XVI. Declaração do seu representante legal de responsabilidade pelo controle do atendimento do limite individual de venda de seus cooperados/associados;

8.11.2 Para Fornecedores Individuais, detentores de DAP Física, não organizados em grupo:

prova de inscrição no Cadastro de Pessoa Física – CPF;

I. extrato da DAP e/ou CAF Física do agricultor familiar participante, emitido nos últimos 60 dias;
II. Proposta de Venda de Gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e/ou Empreendedor Familiar rural para Alimentação Escolar (Anexo III) assinado por todos os Agricultores Familiares participantes.
III. Declaração de que os gêneros alimentícios a serem entregues são produzidos pelos agricultores familiares relacionados no projeto de venda);

8.12 Toda a documentação exigida deverá ser apresentada em original ou cópia autenticada por Tabelião de Notas ou por servidor público municipal no exercício de suas funções.

8.13 Os documentos não poderão apresentar emendas, rasuras ou ressalvas.

8.14 Na análise dos documentos de habilitação, a equipe de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação;

8.15 Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, a equipe de contratação examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

8.16 Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

Sobre o projeto de venda:

8.17 Os interessados deverão apresentar o Projeto de Venda conforme anexo III.

8.18 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o proponente.

8.19 O proponente NÃO poderá oferecer proposta em quantitativo SUPERIOR ao máximo previsto para contratação.

8.20 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

8.21 Os documentos apresentados, serão de exclusiva responsabilidade do proponente, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

8.22 Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

8.23 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.24 A apresentação do projeto de venda implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

8.25 prazos de validade da proposta será de 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

8.26 Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

8.27 Após o período de publicidade do processo, incluindo a avaliação das amostras, o resultado da seleção será publicado no site da prefeitura e no Jornal Oficial do Munícipio.

8.28 O(s) projeto(s) de venda a ser(em) contratado(s) será(ão) selecionado(s) conforme critérios estabelecidos no subitem abaixo deste Termo de Referência, em conformidade com o art. 30 da Resolução CD/FNDE nº 06/2020.

8.29 Devem constar nos Projetos de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar o nome, o CPF e nº da DAP Física ou CAF Pessoa Física de cada agricultor familiar fornecedor quando se tratar de Fornecedor Individual ou Grupo Informal, e o CNPJ e DAP jurídica ou CAF Pessoa Jurídica da organização produtiva quando se tratar de Grupo Formal.

8.30 Na ausência ou desconformidade de qualquer desses documentos constatada na abertura dos envelopes poderá ser concedida abertura de prazo para sua regularização, conforme análise da Comissão Julgadora.

Sobre a escolha do fornecedor:

8.31 Serão aceitos os projetos de venda dos fornecedores que tenham atendido a todas as exigências de habilitação e cuja proposta esteja de acordo com as exigências deste Termo de Referência.

8.32 Para seleção, as propostas habilitadas serão divididas em grupos, sendo observada a seguinte ordem de prioridade:

8.32.1 O grupo de fornecedores locais têm prioridade sobre os demais grupos;

8.32.2 O grupo de fornecedores de região geográfica imediata tem prioridade sobre o de região geográfica intermediária, o do estado e o do país;

8.32.3 O grupo de fornecedores de região geográfica intermediária tem prioridade sobre o do estado e do país;

8.32.4 O grupo de fornecedores do estado tem prioridade sobre o do país.

8.33 Em cada grupo, deverá ser observada a seguinte ordem de prioridade para seleção:

8.33.1 Grupos Formais de assentamentos da reforma agrária, comunidades quilombolas e/ou indígenas e os grupos formais e informais de mulheres (quando comprados de família rural individual, será feita no nome da mulher, em no mínimo 50% do valor adquirido) e, no caso de empate entre estes, tendo prioridade aqueles com maior porcentagem de associados/cooperados;

8.33.2 Os fornecedores de gêneros alimentícios certificados como orgânicos ou agroecológicos, segundo a Lei nº 10.831/2003, o Decreto nº 6.323/2007 e devido cadastro no MAPA;

8.33.3 Os Grupos Formais sobre os Grupos Informais, e estes, sobre Cooperativas Centrais da Agricultura Familiar (detentoras de DAP Jurídica ou CAF Pessoa Jurídica conforme Portarias do MAPA que regulamentam a DAP/CAF);

I. Os Grupos Formais com maior porcentagem de associados/cooperados, conforme DAP/CAF, tem prioridade sobre os demais;
II. Em caso de persistência de empate, será realizado sorteio ou, havendo consenso entre as partes, pode-se optar pela divisão no fornecimento entre os finalistas.

8.33.4 Caso não se obtenha as quantidades necessárias do grupo de projetos de fornecedores locais, estas serão complementadas com os projetos dos demais grupos, em acordo com os critérios de seleção e priorização citados.

8.34 O regime de execução do contrato para aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar é o Regime de Execução Empreitada por Preços Unitários.

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1 O custo total da contratação é de **R$ 1.597.830,36 (um milhão, quinhentos e noventa e sete mil, oitocentos e trinta reais e trinta e seis centavos)**, conforme custos unitários apostos pela tabela do item I.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1 A despesa decorrente da contratação correrá por conta da dotação orçamentária da Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer, com recursos provenientes do PNAE, sob os códigos de célula orçamentária a ser definida após a aprovação da LOA, pois sua execução está prevista para o próximo exercício financeiro – 2025.

PROGRAMA DE TRABALHO: 12.361.0004.2.621	ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30.00 - 2.552.0000
PROGRAMA DE TRABALHO: 12.361.0004.2.621	ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30.00 - 2.552.0000
PROGRAMA DE TRABALHO: 12.365.0004.2.622	ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30.00 - 2.552.0000
PROGRAMA DE TRABALHO: 12.365.0004.2.623	ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30.00 - 2.552.0000

11. ANÁLISE E MATRIZ DE RISCO

11.1 O gerenciamento de riscos permite ações contínuas de planejamento, organização e controle dos recursos relacionados aos riscos que possam comprometer o sucesso da contratação, da execução do objeto e da gestão contratual;

11.2 O Mapa de Gerenciamento de Riscos deve conter a identificação e a análise dos principais riscos, consistindo na compreensão da natureza e determinação do nível de risco, que corresponde à combinação do impacto e de suas probabilidades que possam comprometer a efetividade da contratação, bem como o alcance dos resultados pretendidos com a solução.

12. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, inc. XIV da Lei n.º 14.133/2021)

12.1 Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, no Decreto Municipal nº 4039, de 2024, e nas demais cominações legais, resguardado o direito à ampla defesa, a Administração poderá aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

I) Advertência
II) multa: compensatória; ou
III) de mora.
IV) impedimento de licitar e contratar
V) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.2 As sanções previstas nos incisos I, III e IV deste item poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista na alínea "a" do inciso II.

12.3 A sanção de multa será aplicada por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei Federal nº 14.133/21, não podendo ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor contratado, observando-se os seguintes parâmetros:

I- Multa moratória de 0,5% (cinco décimos por cento), por dia de atraso injustificado, na entrega de material ou execução de serviços e 1% (um por cento) ao dia após o 15º (décimo quinto) dia de atraso, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente;

II- O atraso na prestação da garantia contratual pelo licitante vencedor ou contratante acarretará a aplicação de multa, nos seguintes termos:
a) atraso de 30 (trinta) dias, contados do termo final para a prestação da garantia: multa de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor da garantia;

b) atraso entre 30 (trinta) e 60 (sessenta) dias, contados do termo final para a prestação da garantia: multa de 2,5% (dois inteiros e cinco décimos por cento) do valor da garantia;

c) atraso superior a 60 (sessenta) dias do termo final para a prestação da garantia: multa de 5% (cinco por cento) do valor da garantia.

III- de 3% (três por cento) do valor de referência para a licitação, do valor total da adjudicação da licitação, do valor contratado, da Ata de Registro de Preços ou para a contratação direta, para aquele que:

a) na hipótese de o infrator retardar o procedimento de contratação ou descumprir preceito normativo ou as obrigações assumidas;

b) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

c) não mantiver a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

d) tumultuar a sessão pública da licitação;

e) descumprir requisitos de habilitação na modalidade pregão, a despeito da declaração em sentido contrário;

f) propor recursos e impugnações manifestamente protelatórios em sede de contratação direta ou de licitação;

g) deixar de regularizar os documentos fiscais no prazo concedido, na hipótese de o infrator enquadrar-se como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, nos termos da Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006;

h) deixar de manter as condições de habilitação durante o prazo do contrato, nos termos do inciso XVI, do art. 92, da Lei Federal nº 14.133/2021;

i) permanecer inadimplente após a aplicação de advertência;

j) deixar de regularizar, no prazo definido pela Administração, os documentos exigidos na legislação, para fins de liquidação e pagamento da despesa;

k) não devolver os valores pagos indevidamente pelo Contratante;

l) manter funcionário sem qualificação para a execução do objeto do contrato;

m) utilizar as dependências do contratante para fins diversos do objeto do contrato;

n) tolerar, no cumprimento do contrato, situação apta a gerar ou causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais a qualquer pessoa;

o) deixar de fornecer Equipamento de Proteção Individual-EPI, quando exigido, aos seus empregados ou omitir-se em fiscalizar sua utilização, na hipótese de contratação de serviços de mão de obra;

p) deixar de substituir empregado cujo comportamento for incompatível com o interesse público, em especial quando solicitado pela Administração;

q) deixar de repor funcionários faltosos;

r) deixar de controlar a presença de empregados, na hipótese de contratação de serviços de mão de

obra;

s) deixar de observar a legislação pertinente aplicável ao seu ramo de atividade;

t) deixar de efetuar o pagamento de salários, vale-transporte, vale-refeição, seguros, encargos fiscais e sociais, bem como deixar de arcar com quaisquer outras despesas relacionadas à execução do contrato nas datas avençadas;

u) deixar de apresentar, quando solicitado, documentação fiscal, trabalhista e previdenciária regularizada.

IV- de 10% (dez por cento) do valor de referência para a licitação, do valor total da adjudicação da licitação, do valor contratado, da Ata de Registro de Preços, em caso de:

a) inexecução parcial, com ou sem prejuízo para o ente Contratante;

b) quando o infrator der causa, respectivamente, à rescisão do contrato ou ao cancelamento da Ata de Registro de Preços.

V- de 20% (vinte por cento) a 30 % (trinta por cento) do valor de referência para a licitação, do valor total da adjudicação da licitação, do valor contratado, da Ata de Registro de Preços, em caso de:

a) apresentação de declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

b) fraude à licitação ou prática de ato fraudulento na execução do contrato;

c) comportamento inidôneo ou fraude de qualquer natureza;

d) prática de atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

e) prática de ato lesivo previsto no art. 5º, da Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;

f) entrega de objeto com vícios ou defeitos ocultos que o torne impróprio ao uso a que é destinado, ou diminuam-lhe o valor ou, ainda, fora das especificações contratadas;

g) dar causa à inexecução total do objeto do contrato, da Ata de Registro de Preços;

h) recusa do infrator em assinar a Ata de Registro de Preços e/ou contrato, ou recusar-se a aceitar ou retirar o instrumento equivalente, salvo se a recusa em assinar o contrato ou a Ata de Registro de Preços for motivada por fato impeditivo relevante, do qual não tenha dado causa ou concorrido negligentemente, devidamente comprovado e superveniente à apresentação da proposta, mediante decisão favorável e motivada da autoridade competente;

i) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo

12.4 A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas neste instrumento;

12.5 Naqueles contratos que ainda não foram celebrados, o percentual de que trata o caput e seus incisos para cálculo da multa compensatória incidirá sobre o valor da contratação.

12.6 O atraso, para efeito de cálculo da multa, será contado em dias corridos, a partir do 1º (primeiro) dia útil subsequente ao do encerramento do prazo estabelecido para o cumprimento da obrigação

12.7 A aplicação das multas de natureza moratória não impede a aplicação superveniente de outras multas previstas neste instrumento, cumulando-se os respectivos valores.

12.8 Na hipótese de deixar o infrator de pagar a multa aplicada, o valor correspondente será executado observando-se os seguintes critérios estabelecido no Decreto Municipal nº 4039, de 2024:

12.8.1 Será aplicada a sanção de IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR com a Administração Pública Municipal, pelo prazo máximo de 03 (três) anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, observando-se os parâmetros estabelecidos, aos responsáveis pelas seguintes infrações:

I- Impedimento pelo período de até 01 (um) ano, caso o infrator:

a) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

b) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

c) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

e) tenha sofrido três penalidades de advertência, relativas ao mesmo contrato, em periodicidade inferior a seis meses;

f) recuse-se injustificadamente a cumprir os prazos previstos no contrato e/ou na Ata de Registro de Preços;

g) tumultue a sessão pública de licitação;

h) dê ensejo ao cancelamento parcial do contrato e/ou da Ata de Registro de Preços;

i) deixe de devolver os valores recebidos indevidamente após ser devidamente notificado;

j) ofenda agentes públicos no exercício de suas funções, sem prejuízo da aplicação das demais penalidades cabíveis;

k) deixe de regularizar os documentos fiscais no prazo concedido, na hipótese de enquadrar-se como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, nos termos da Lei Complementar Federal nº 123/2006;

l) induza em erro a Administração;

m) seja reincidente na penalidade de multa relativa ao mesmo contrato, em razão de:

1. atraso na execução do objeto;

2. alteração da quantidade ou qualidade do objeto contratado;

3. não entrega, no prazo estipulado pela Administração, dos documentos necessários para a liquidação e pagamento da despesa.

n) atraso na execução do disposto na Ata de Registro de Preços ou no contrato;

II- Impedimento pelo período entre 01 (um) ano até 02 (dois) anos, caso o infrator:

a) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento

dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

b) a paralisação injustificada do serviço, da obra ou do fornecimento de bens;

c) à rescisão do contrato e/ou Ata de Registro de Preços;

d) recusa em contratar dentro do prazo de validade da proposta;

e) não manutenção da proposta, durante o seu prazo de validade.

III- impedimento pelo período entre 02 (dois) anos até 03 (três) anos, caso o infrator:

a) der causa à inexecução total do contrato;

b) entregue mercadoria falsificada, adulterada, deteriorada ou danificada;

c) apresente documentos fraudulentos, adulterados ou falsificados nas licitações ou contratações diretas, no momento da contratação ou durante a execução do contrato;

d) ofereça vantagens a agentes públicos com o fim de obter benefícios indevidos;

e) comportamento inidôneo;

f) apresentação de documentação falsa;

g) falha ou fraude na execução do contrato;

h) fraude fiscal.

12.9 A aplicação da penalidade de impedimento de licitar e contratar por outras esferas governamentais não produz efeitos diretos no âmbito da Administração Direta e Indireta do Município.

12.10 Será aplicada a sanção de DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE PARA LICITAR E CONTRATAR com a Administração Pública direta e indireta, de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de seis anos, observando-se os parâmetros estabelecidos, aos responsáveis pelas seguintes infrações:

I- pelo período entre 03 (três) anos até 04 (anos) anos, no caso de o infrator:

a) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato.

II- pelo período entre 04 (quatro) anos até 05 (anos) anos, no caso de o infrator:

a) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.

III- pelo período entre 05 (cinco) anos até 06 (seis) anos, caso o infrator:

a) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato; comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza (tais como conluio, fraude, adulteração de documentos ou emissão de declaração falsa);

b) existência de sentença judicial condenatória transitada em julgado pela prática de fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos ou encargos sociais;

c) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846/2013.

12.11 Será aplicada a sanção de declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração

Pública direta e indireta, de todos os entes federativos, no caso das infrações previstas no art. 8º do Decreto Municipal nº 4039, de 2024, pelo prazo máximo de 06 (seis) anos, quando se justificar a imposição de penalidade mais grave.

12.12 O cometimento de mais de 01 (uma) infração em uma mesma licitação ou relação contratual sujeitará o infrator à sanção cabível para a mais grave entre elas, ou se iguais, somente 01 (uma) delas, sopesando-se, em qualquer caso, as demais infrações como circunstância agravante

12.13 A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

12.14 Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.15 Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

12.16 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.17 A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

13. DISPOSIÇOES FINAIS

13.1 Em caso de dúvidas com relação a contratação, entrar em contato Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer, por meio do Tel. Nº 2771-6111.

13.2 O local do recebimento dos envelopes de habilitação e de projetos de venda: local da entrega: sede da prefeitura localizada na Rua Campo do Albacora, 75 Loteamento - Atlântica, Rio das Ostras - RJ, 28895-664, conforme informações constantes neste edital, no horário de 9h às 12h e 13h às 16h, de segunda-feira à sexta-feira;

13.3 O fornecedor é responsável pela qualidade físico-química e sanitária dos produtos a serem fornecidos;

13.4 O desatendimento de exigências formais, não essenciais, não importará no afastamento do participante, bem como nos casos que sejam possíveis a aferição da sua qualificação, com exata compreensão da sua proposta e que não prejudique o devido andamento do processo em atendimento ao interesse público. Nesse intuito, eventuais omissões e/ou falhas que possam ser sanadas durante a sessão de abertura dos envelopes, inclusive mediante consulta e emissão de documentos pela internet, serão admitidas pela a Administração, desde que aceito pelos integrantes da Comissão de contratação;

14. DOS ANEXOS AO TERMO DE REFERÊNCIA

I. Relação de endereços das unidades de atendimento;
II. Periodicidade de entrega;
III. Proposta de Venda
IV. Especificação técnica dos gêneros;
V. Mapa de Risco.
VI. Quantitativo por consumo.

15. DÚVIDAS E/OU MAIORES INFORMAÇÕES

15.1 Em caso de dúvidas com relação a contratação, disponibilizamos os seguintes contatos

SECRETARIA	CONTATO
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER SEMEDE	(22) 2771-6111 / (22) 2771-8441

Rio das Ostras, 25 de junho de 2025.

Vanessa Teixeira Pacheco

Matrícula 21778-6

Atenção: O conteúdo do documento é de inteira responsabilidade do(s) signatário(s).

Informações gerais do arquivo:

Nome do arquivo: COOPALAGOS.pdf
Hash: e4e0514807a2a274ce2d7c48041471bd62e66a7a7ed0700226ob528f02d7b696
Data da validação: 31/03/2026 11:48:17 BRT

Informações da Assinatura:

Assinado por: VENEZIO PEREIRA LOPES
CPF: ***.101.667-**
Nº de série de certificado emitente: 0x7af7f7468decc243e088
Data da assinatura: 27/03/2026 09:23:25 BRT

ASSINATURA ELETRÔNICA QUALIFICADA
ITI Instituto Nacional de Tecnologia da Informação
Conforme MP 2.200-2/01 e Lei 14.063/20
ICP Brasil

Assinatura aprovada.

Informações da Assinatura:

Assinado por: MARCELE RAQUEL DE MATTOS MARTINS
CPF: ***.031.397-**
Nº de série de certificado emitente: 0x43405527b02e08cd
Data da assinatura: 31/03/2026 09:27:28 BRT

ASSINATURA ELETRÔNICA AVANÇADA
ITI Instituto Nacional de Tecnologia da Informação
Conforme Lei 14.063/20
gov.br

Assinatura aprovada.

Ver Relatório de Conformidade

Texto destinado a exibição de informações relacionadas à licença de uso.